

O SISTEMA DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO: QUAIS AS POSSIBILIDADES EDUCATIVAS EMANCIPADORAS?

Sayarah Carol Mesquita dos Santos¹

Resumo

Buscamos investigar como a educação pode contribuir para o desenvolvimento de atividades educativas de caráter emancipador diante do sistema do capital. Utilizamos o estudo bibliográfico, a partir de referências teóricas do campo da ontologia marxiana, como Marx (1982, 2013, 2009), Lukács (2013), Mészáros (2011, 2015), entre outros pertinentes à temática em questão. Consideramos que a educação, considerando seus limites e possibilidades mediante sua natureza ontológica, ao atuar na consciência dos homens e na formação de valores, conhecimentos e habilidades, possui um papel essencial no desenvolvimento de estratégias educativas que visam à construção da emancipação humana.

Palavras-chave: Sistema do capital. Educação. Emancipação humana.

Abstract

We seek to investigate how education can contribute to the development of educational activities of emancipatory character before the capital system. We use the bibliographical study, based on theoretical references in the field of Marxian ontology, such as Marx (1982, 2013, 2009), Lukács (2013), Mészáros (2011, 2015), among others pertinent to the subject matter. We consider that education, considering its limits and possibilities through its ontological nature, acting in the consciousness of men and in the formation of values, knowledge and abilities, plays an essential role in the development of educational strategies aimed at the construction of human emancipation.

Keywords: Capital system. Education. Human emancipation.

Introdução

Trata-se de um estudo bibliográfico pautado nas referências teóricas do campo da ontologia marxiana. O conjunto de autores que adotamos nesse estudo, tanto contribui para análise do sistema do capital e suas facetas na ordem da sociedade atual, quanto das reflexões de como a educação se situa nesse contexto e como ela pode colaborar no processo de superação da lógica imperante do

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: sayarahcarol@hotmail.com

capitalismo por meio de atividades educativas de caráter emancipador, na qual buscaremos abordar neste artigo.

O objetivo consiste em investigar como a educação – considerando a sua natureza ontológica – pode contribuir para o desenvolvimento de atividades educativas emancipadoras diante da lógica predatória, excludente, exploratória e desigual que o sistema capitalista se constitui. Entendemos que essa forma de sociabilidade vigente baseada no acúmulo e reprodução do capital não é mais sustentável, sendo possível pensarmos e lutarmos por uma outra forma de sociedade que busca a emancipação humana, colocando-se as necessidades humanas como essenciais e não os interesses e demandas do capital, assentando-se, pois, a necessidade de superação desse sistema.

Assim, “descobrir uma saída do labirinto das contradições do sistema do capital global por meio de uma transição sustentável para uma ordem social muito diferente é, portanto, mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 41). Deste modo, é necessário discutir o papel que a educação pode desenvolver no processo de superação desse sistema que visa apenas a acumulação de capital em detrimento das necessidades da humanidade e de sua sobrevivência em todos os aspectos da vida social.

Portanto, para atender ao objetivo deste estudo, estruturamos o texto em três momentos. O primeiro trata-se de uma breve discussão sobre a natureza ontológica da educação para que possamos entender onde esta esfera social se situa no processo de desenvolvimento da sociedade. No segundo momento analisa-se como o sistema capitalista opera em diversas instâncias da vida social, incluindo a educação. E por último, a partir da análise da educação circunscrita sob a ótica do capital, detalham-se as possíveis atividades educativas que podem ser desenvolvidas, a fim de contribuir para o processo de crítica e superação do sistema do capital.

A natureza ontológica da educação

Como a educação pode ser um instrumento de possibilidades para os trabalhadores na luta pela superação do capital e a construção de uma nova ordem sociometabólica? E nessa perspectiva é pertinente questionar: Quais são as possíveis atividades educativas de caráter emancipador?

Vale salientar que para responder essas questões, é necessário pensar a educação a partir da realidade concreta e sem perder de vista o seu caráter ontológico, buscando investigar quais as

possíveis atividades de caráter emancipador que a educação poderia desenvolver, como um instrumento de atuação na consciência de classe, para a transformação do real.

Vale destacar que não atribuímos à educação um caráter revolucionário, de transformação radical da estrutura de uma dada sociedade, pois a natureza ontológica da educação consiste em atuar na consciência dos homens, contribuindo para a formação de valores, habilidades e conhecimentos necessários à reprodução do ser social. Desse modo, a educação não pode solucionar os problemas sociais, uma vez que a raiz destes problemas consiste na forma de trabalho desenvolvida no sistema capitalista. E para eliminar os problemas sociais que vigoram em nosso tempo, só é possível quando se mexe na estrutura econômica que rege esse sistema, isto é, na forma de trabalho vigente, na totalidade social, e não apenas na educação que é um complexo parcial desta totalidade.

Partimos do pressuposto que para entender a natureza ontológica da educação é necessário se apropriar da análise marxista sobre o trabalho, que se torna o fundamento do mundo social e que as demais esferas sociais, como a educação, a cultura, o conhecimento, dentre outras, são fundadas a partir do trabalho, sendo este,

antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

Por essa conceituação de Marx, podemos conjecturar algumas questões fundamentais acerca da categoria trabalho. O primeiro é o fato de que o trabalho é o intercâmbio do homem com a natureza. É por meio dessa relação que o homem pode transformar a natureza e tudo que nela se desenvolve, a fim de produzir valor de uso, isto é, produzir os meios necessários que garantam a subsistência do homem, em que a “natureza é a fonte dos valores de uso [...], tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana” (MARX, 2012, p. 23). O segundo fato, decorrente do primeiro, é que o homem, ao modificar a natureza em prol da produção de valores de uso para atender às necessidades humanas, não só faz a modificação da natureza em si, mas também modifica ou transforma a própria natureza humana ao pôr em movimento suas forças físicas, cognitivas e emocionais.

Outra questão salutar que Marx visualiza é que o trabalho é o fator diferenciador entre o homem e os animais. O que isso significa? Vejamos o que ele nos diz:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 255-256).

Significa que o homem, diferentemente do animal, antes mesmo de produzir os valores de uso no processo laboral, já idealiza a produção desse valor de uso, define em sua consciência o produto final, os meios necessários para a sua concretização e outros elementos que vão sendo incorporados no processo de trabalho.

É perceptível que o produto do trabalho é resultado de uma elaboração inicial idealizada pelo homem. Nesse sentido, a atividade laboral que ele pode fazer no seu processo de intercâmbio com a natureza “exige a vontade orientada a um fim” (MARX, 2013, p. 256), isto é, uma teleologia posta.

Lukács (2013), em *Para uma ontologia do ser social II*, entende que o trabalho faz parte de um conjunto do complexo categorial do ser social que permite compreender o desenvolvimento desse ser, não sendo possível haver o isolamento de outras categorias inerentes ao ser social, como a linguagem, a educação, o conhecimento, a consciência, entre outras. Essas categorias mencionadas fazem parte do complexo social, sendo dependentes da categoria fundante, o trabalho. Todas essas categorias têm o seu surgimento na gênese do ser social, que é o trabalho, surgindo de forma “simultânea e dialética, e não separado ou sequencialmente” (LUKÁCS, 2013, p. 35).

O desenvolvimento do ser social pressupõe o conjunto de um complexo que está no e com o complexo categorial do trabalho. Não é apenas o trabalho em si, mas o processo dialético do trabalho, da linguagem, da ciência, da educação, da consciência etc., que, conjuntamente e em unidade, constituem o processo laboral e o desenvolvimento do ser social. Nesse sentido, o trabalho não esgota toda a potencialidade humana, pois nas palavras de Santos (2017, p. 45), é preciso “outros complexos sociais para que o devir humano se desenvolva. A educação vai ser um desses complexos potencializadores do desenvolvimento humano”.

No metabolismo do homem com a natureza, faz-se necessário pôr em movimento processos educativos que possibilitem ao homem apropriar-se e apreender melhor o processo de trabalho. É nele que o homem aprende e se forma, vai adquirindo novos saberes e técnicas, aperfeiçoa-se e se educa. Para trabalhar, o homem tem de apropriar-se dos conhecimentos existentes e, neste processo,

novos conhecimentos vão sendo incorporados e adquiridos. Assim, é neste momento que ocorre o processo de gênese da educação.

Vale destacar que entre trabalho e educação, existe articuladamente a relação de dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca, evitando assim a “superestimação quanto a subestimação da educação” (TONET, 2016, p. 102).

A educação como teleologia secundária tem a capacidade de aperfeiçoar e desenvolver cada vez mais o ser social, contribuindo para o processo de afastamento (não rompimento) das barreiras naturais e adquirindo socialidade em grau mais elevado, capacitando os indivíduos a reagirem “adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 176).

Nessa perspectiva, Lukács (2013, p. 176) define a educação no sentido amplo que “nunca estará realmente concluída” e no sentido estrito que coloca exigências específicas, a depender do tipo de sociedade vigente. Sobre o primeiro sentido a educação se faz presente na vida, que tem a função de preparar e formar os indivíduos para os conhecimentos, valores e habilidades necessários ao processo de reprodução do ser social, como Lukács (2013, p. 294) destaca que a “educação é um processo puramente social, um formar e ser formado puramente social”.

Sobre o segundo sentido, vale lembrar que o modelo de educação em cada sociedade se origina das demandas e necessidades do modo de produção social existente, em que as particularidades do processo educativo se ajustam segundo os interesses de cada sociedade. É notável, por exemplo, como na atualidade da dinâmica do sistema capitalista, a educação vem sendo conduzida conforme as necessidades produtivas do sistema, por meio da lógica da educação à distância, educação para o empreendedorismo e outros mecanismos que denotam processos formativos enquadrados segundo os interesses do mercado.

Apesar dessa realidade em que a educação na ótica do capital se coloca, não é nossa finalidade situá-la numa olhar meramente reprodutivista e mecanicista de entender o bojo das esferas sociais na ordem desse sistema, mas trazer elementos que revelem como a educação, apesar dos seus limites de natureza ontológica, pode ser um forte instrumento de atuação na formação dos indivíduos tanto para compreender o ordenamento desse sistema social como para desenvolver na consciência dos trabalhadores a necessidade de superação do capital.

Por isso, é preciso ter cuidado ao conceber a função da educação na sociedade, para evitar cair tanto no idealismo pedagógico que atribui à educação um papel revolucionário quanto na

ideologia conservadora que, fantasiada de progressista, não avalia a parcela de contribuição da educação no desenvolvimento do ser social. (BERTOLDO, 2015).

A educação, nessa perspectiva, não é reduzida ao trabalho nem se distancia ou se mantém isolada dele. A educação é um complexo parcial que tem suas particularidades e generalidade, e jamais se distancia da sua gênese no mundo social, isto é, o trabalho. Ela é apreendida pela concepção ontológico-marxiana como um processo social elementar, uma vez que “sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178), tornando-se um processo no qual o homem forma e é formado constantemente.

Assim sendo, seu papel é preparar os indivíduos para a vida social, dotando-os de conhecimentos, habilidades, comportamentos e valores que contribuem para o processo de reprodução social (TONET, 2016).

Os imperativos do capital e a educação

O sistema capitalista de produção baseado no trabalho assalariado visa manter cada vez mais a reprodução sem precedentes do capital que é uma relação social de produção expressa no antagonismo de classe (MARX, 1982), realizando esse processo por meio da venda e compra da força de trabalho e explorando não só os recursos naturais em prol da obtenção de seus exorbitantes rendimentos lucrativos, mas também da exploração da força de trabalho humana a qual pertence ao trabalhador e que é vendida aos donos dos meios de produção como qualquer outra mercadoria na ótica desse sistema.

O antagonismo entre os interesses da classe burguesa e a classe do proletariado é constituinte desse modo de produção que assenta a sua existência na manutenção dessa estruturante incompatibilidade de interesses entre as classes sociais. Enquanto a burguesia se apropria dos meios de produção à classe trabalhadora, produtora das riquezas materiais da humanidade, cabe apenas a sua força de trabalho que é comprada e explorada pelo conjunto dos capitalistas. No antagonismo entre capital e trabalho, aquele precisa da massa de trabalhadores assalariados para garantir e reproduzir as riquezas de uma nação, bem como o enriquecimento do capital e da classe burguesa.

Vale mencionar que quando se multiplica o capital, se multiplica também o lucro, as riquezas, as desigualdades sociais, a burguesia e a massa de trabalhadores. A relação entre o trabalhador assalariado e o capital é mútua, pois o trabalhador é degenerado se o capital não

comprar sua força de trabalho, assim como, se o capital não explorar a força de trabalho é também degenerado, e para esta finalidade do capitalista de exploração da força de trabalho humana é necessário comprá-la por meio do salário (MARX, 1982).

Vemos que a força de trabalho na sociedade capitalista é uma mercadoria como qualquer outra e a forma de trabalho que se reproduz deforma ainda mais o homem e suas potencialidades que poderiam ser desenvolvidas. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010a) analisa que o trabalho nesse sistema,

produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2010a, p. 82).

Na lógica do modo de produção capitalista se estabelece uma relação entre aquele que vende e compra a força de trabalho: de um lado, o vendedor, que é o trabalhador, para garantir a sua subsistência, precisa de alguém que compre a sua força de trabalho, dispondo-a assim no mercado como mercadoria; de outro, o comprador, que é o capitalista, necessita dessa mercadoria especial para produzir mais-valia, que é “o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho” (MARX, 2013, p. 286).

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, produz os bens materiais no processo produtivo, contudo o produto de seu trabalho não lhe pertence, mas ao capitalista que considera isto natural, já que foi ele quem comprou os meios de produção necessários à produção, quem pagou salário ao trabalhador para produzir.

Por isso, “a manutenção e reprodução da classe trabalhadora continua a ser uma condição constante para a reprodução do capital” (MARX, 2013, p. 647), pois sem a existência dessa classe e a forma de trabalho que fundamenta esse modo de sociabilidade não é possível que o capital se reproduza.

Vale ressaltar que de acordo com Mészáros (2011a), o sistema sociometabólico do capital é constituído pelo tripé: trabalho-Estado-capital. A derrubada do domínio do capital só é possível mediante a destruição da totalidade que é constituída pelo capital, trabalho assalariado e Estado, sendo este último, o elemento mediador das relações de trabalho e do processo de reprodução do capital no sistema social.

O Estado representa a “estrutura geral de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 29), sendo a estrutura (trabalho) a categoria fundante da sociedade que precisa, por sua vez, do Estado como um representante político fundamental para defender os interesses do sistema. Assim, o processo sociometabólico do capital não se reproduz sozinho, mas com o suporte da legalidade e dos interesses políticos representados pela figura do Estado.

Acerca do papel no Estado na reprodução do sistema capitalista e logo, da necessidade inerente de destruí-lo, faz parte de complexas discussões na teoria marxista que não seriam possíveis de serem discutidas profundamente nesse momento em virtude do objetivo do texto, porém, vale lembrar que nos textos de Marx e Engels, entre eles, *Glosas Críticas* (2010b) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012), respectivamente, há uma ênfase tanto da natureza ontológica e da função do Estado na sociedade de classes quanto na necessidade de destruir qualquer forma de Estado.

Assim, Marx (2010b) entende que o Estado é um instrumento de reprodução dos interesses da classe dominante seja em qual sociedade de classes for e que, portanto a estrutura política em uma dada sociedade de classes é limitada e não é capaz de compreender e mudar os problemas de ordem estrutural. Logo, o Estado pode “descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma e tentar remediá-los” (MARX, 2010b, p. 61), todavia, não o pode solucioná-los.

Na mesma linha de pensamento, Engels destaca a origem do Estado na sociedade de classes e como ele historicamente esteve a serviço de controlar os conflitos de classe, sempre protegendo a propriedade privada e os interesses das classes dominantes. Em suas palavras, o Estado:

É antes de tudo um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213).

Deste modo, em uma sociedade emancipada humanamente a necessidade do Estado é inexistente em virtude desse modelo de sociedade que defendemos não ser pautado na divisão que separa a classe dos possuidores dos meios de produção e a classe dos não possuidores e que precisaria de um Estado que regula e controla os antagonismos de classe, favorecendo uma classe em detrimento da outra.

É importante mencionar a crise estrutural do sistema do capital, na qual estamos experimentando em nossas vidas e que não se trata de uma crise simples e passageira, mas profunda no sentido de “invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 17).

Nesse sentido, vemos que na atualidade histórica o sistema do capital:

sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 96).

Destarte, a “necessidade de uma ruptura global com o capital nasceu da sociedade capitalista como expressão da contradição antagônica que separa os indivíduos do controle socialmente automediado das condições de produção de sua própria existência comum” (DANTAS, 2011, p. 130). Nessa perspectiva, Mézszáros (2011b, p. 72, grifo do autor) alerta:

Quando a própria existência da humanidade está em jogo, como de fato está a essa altura de uma crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável – em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipuladoras que apenas agravam a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, ‘*de cima a baixo*’, da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de ‘toda a maneira de ser’ de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado.

Por isso, é fundamental romper com essa lógica que o sistema produz e impõe ao conjunto dos trabalhadores e pensar numa ordem social que seja regulada pelos indivíduos associados; deste modo, a educação como “uma prática social inseparável do *desenvolvimento contínuo da consciência socialista*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 95, grifo do autor) corrobora incisivamente para esse processo.

Atividades educativas no horizonte da transformação

A construção de uma sociedade socialista deve ser obra da classe trabalhadora, dos homens que produzem as circunstâncias tanto quanto são produzidos pelas mesmas e, nesse sentido, a força motora da história não é a crítica, o pensamento ou a consciência, mas a revolução, a mudança do

atual estado de coisas. Que transforma radicalmente o fundamento de todas as relações de produção e de “intercâmbio anteriores e por tratar conscientemente todos os pressupostos naturais como criações dos homens anteriores, por despi-las da sua naturalidade e submetê-las ao poder dos indivíduos associados” (MARX, ENGELS, 2009, p. 99).

A sociedade comunista tem como fundamento o trabalho associado, que consiste na produção e distribuição da riqueza de modo livre, coletivo e consciente pelo conjunto dos trabalhadores. Para a transformação radical da sociedade nessa forma de sociabilidade é necessário alguns pressupostos, dentre eles: a necessidade de uma sociedade com alto desenvolvimento das forças produtivas, pois se não teríamos que recomeçar “a luta pelo necessário e teria de se produzir de novo toda a velha [sociedade] porque, além disso, só com esse desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio universal dos homens” (MARX; ENGELS, 2009, p. 51); a revolução deve ser estabelecida em escala universal, uma vez que “a revolução social bem-sucedida não pode ser local ou nacional [...] e sim global/universal” (MÉSZÁROS, 2015, p. 122); além disso, é necessário o desenvolvimento contínuo de uma consciência socialista (MESZÁROS, 2008).

Esse último pressuposto nos leva ao papel que a educação pode desenvolver no processo da construção da consciência socialista, uma vez que ela, esfera social fundada do trabalho (LUKÁCS, 2013; TONET, 2016; SANTOS, 2017; BERTOLDO, 2015), tem a função de dotar os indivíduos de valores, conhecimentos e habilidades para a reprodução do ser social, podendo corroborar para a transformação social, com vista à superação desse sistema centrado na lógica do capital.

Desse modo, a classe trabalhadora precisa se apropriar de uma teoria revolucionária que demonstre que a realidade social é uma totalidade, resultado da atividade humana e que é possível ser transformada radicalmente. Para isso, a educação se torna um instrumento de contribuição para a formação dos trabalhadores e o desenvolvimento da consciência de classe tão necessária na atualidade histórica.

É vital a necessidade de superar o sistema sociometabólico do capital que é constituído pelo tripé trabalho-Estado-capital, diante da atualidade histórica (MÉSZÁROS, 2011a). A classe trabalhadora precisa ser protagonista na luta histórica pela construção de uma sociedade emancipada humanamente, organizando coletivamente estratégias que desenvolvam esse processo, sendo necessário também o desenvolvimento da consciência socialista dos trabalhadores, em que eles compreendam o seu posicionamento histórico na luta de classes e a necessidade de seu protagonismo enquanto classe social que precisa tomar a frente na tarefa pela transformação social.

Um dos contributos que pode ser incorporado nesse processo de formação da consciência de classe dos trabalhadores se constitui a partir da educação. Ela passa a ser um instrumento fundamental, uma vez que é possível construir processos formativos com os trabalhadores que suscitem neles a compreensão da realidade social, bem como o desvelamento das artimanhas que o capital produz e impõe para a classe trabalhadora, possibilitando a sua capacidade crítica em entender qual o seu posicionamento diante da realidade e qual o seu papel no processo histórico.

Mészáros (2008), ao fazer a análise da educação no seu sentido estrito (atende aos interesses da sociedade de classes) e amplo (se constitui na vida e só pode ser apreendido a partir da estrutura ontológica do trabalho), entende que é necessário pensarmos em um processo educativo amplo, que qualifique os sujeitos para a vida, e não para atender aos interesses do mercado, em que este acaba reduzindo a educação a uma mera mercadoria para os fins lucrativos e mercadológicos do capital e seu processo reprodutivo. Portanto, para Mészáros:

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. [...]. Em contraste, cair na tentação dos reparos institucionais formais – ‘passo a passo’, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais – significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital. (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

É necessário, pois, pensar em uma educação que contemple o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos, uma educação ampla ou em sua tese central, *uma educação para além do capital*.

A educação para além do capital não significa que a mesma por si só é capaz de mudar a realidade material e objetiva da sociedade, que ela é o poder de transformação social, pois sabemos, que a educação por não ser o fundamento do mundo social e sim uma forma social fundada do trabalho que é a categoria fundante, as transformações radicais, portanto, só podem surgir a partir deste elemento que é o trabalho, o fundamento da sociedade.

Porém, para transformar as estruturas do sistema social para uma nova forma de sociabilidade humana emancipada é necessário que a educação ande lado a lado com esse processo e não separado ou posterior a ele.

A educação se torna um componente fundamental e permanente no processo de “transformação *conscientemente visado*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 90, grifo do autor). Significa que a educação é um instrumento essencial no processo de formação da consciência de classe dos indivíduos.

E para elucidar melhor essa questão, Mészáros compreende que o papel da educação, na concepção ontológico-marxiana, consiste na elaboração de “estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65, grifo do autor). Desse modo, é perceptível que a educação pode exercer o papel na construção de estratégias para as mudanças nas condições estruturais, assim como para o processo de formação da consciência de classe.

Remete-se que a educação não possui um papel inferiorizado e sem grau nenhum de importância na perspectiva marxista, pelo contrário, o seu papel é fundamental no processo de construção de uma radical transformação sociometabólica. Ela se faz presente e necessária tanto na objetividade (elaboração de estratégias para as mudanças) como no campo da consciência (automudança consciente).

Vale destacar que a perspectiva referenciada nesse texto não se atrela a uma pedagogia marxista em si, centrada em conteúdos, métodos e currículos. E que por mais que uma pedagogia marxista se relacione aos fundamentos da teoria marxista, ainda assim ela se sustenta por uma educação mediada pela figura do Estado e da propriedade privada no interior dessa sociabilidade. Por sua vez, compreendemos que “existe uma base social que possibilita a construção de uma teoria marxista da educação que apanhe pela raiz as determinações ontológicas de sua natureza, desvela a realidade social a ela associada e aponte caminhos a serem trilhados no campo educativo rumo à superação do capital” (MACENO, 2016, p. 188).

Mészáros (2008) acentua que o que temos na realidade social é um conjunto de medidas reformistas do Estado - este enquanto estrutura de comando político e legal do capital - que tem por finalidade corrigir essa forma de sociabilidade que por si só é incorrigível. E na educação, esses ajustes e reformas não ficariam de fora, pois há uma tentativa exaustiva de corrigir os problemas educacionais em suas diversas especificidades, desconsiderando que o fundamento do problema consiste no modo de produção capitalista. É comum não vermos uma perspectiva que busque transformar qualitativamente a educação, indo a raiz dos seus problemas que se encontra no modelo de sociedade vigente, e, implica, concommitantemente, a superação e mudança radical da estrutura do sistema social para mudar também a educação, conseqüentemente.

A educação na lógica do capital “tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de *nenhuma mudança significativa*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 82, grifo do autor). Reproduz no processo de formação dos sujeitos que a realidade é assim e que não pode ser

outra, de que não é possível mudanças estruturais radicais, mas uma medida reformista aqui e ali é necessário para corrigir os problemas que o capital desenvolve, legitimando então o *status quo*, a aceitação e a conformação da realidade que se apresenta. Por isso, é necessário romper com a lógica do capital, não fazendo apenas a crítica ou concretizando medidas de caráter reformista que não contribui para a transformação radical, mas é necessário apontar uma alternativa para a superação e abolição do sistema do capital.

E romper com a lógica do capital na educação “equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47). Uma educação que não atenda as demandas do mercado e seus interesses tacanhos e utilitários do sistema do capital, que enquadra a educação a uma mercadoria a ser vendida no mercado educacional e que forma os sujeitos para serem mais uma força preparada e apta para produzir e reproduzir as demandas do sistema, assim como, para internalizarem as ideologias hegemônicas recorrentes como a meritocracia, o empreendedorismo, a competitividade, o individualismo e dentre outras.

Por isso, são de fundamental importância as práticas educacionais que permitam aos educadores trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade que não tem como objetivo a alienação, a exploração e a desumanização do homem através do capital, desenvolvendo atividades educativas de caráter emancipatório que visa à formação dos sujeitos para a compreensão da realidade, o senso crítico e a consciência de classe, buscando criar estratégias de luta contra o sistema do capital e a transformação radical da sociedade.

Diante disso, vale destacar ainda que Tonet (2016) explicita no texto *Educação contra o capital*, algumas atividades educativas de caráter emancipador.

Atividades que elevem a apropriação do conhecimento sobre o conjunto do processo histórico.

É necessário o desenvolvimento de atividades que permitam aos indivíduos o conhecimento do processo histórico de modo que entendam a sua origem e fundamento, a partir da realidade social que é produzida historicamente pelos homens e, que são eles enquanto seres sociais que atuam e transformam a realidade, sendo esta dinâmica, repleta de contradições, recuos e avanços.

Atividades que permitam a compreensão da sociabilidade capitalista

É possível pensar em atividades que busquem a conhecimento da natureza, origem e funcionamento no processo histórico e nos dias atuais do modo de produção capitalista, a partir de instrumentos teóricos e metodológicos que contribuem para o estudo da sociedade capitalista, seja

por meio de obras teóricas como *O Capital*, obras literárias, recursos midiáticos como vídeos, filmes, dentre outros. É importante observar que o desenvolvimento de atividades desse caráter são essenciais para a formação dos trabalhadores e a consciência de classe, em virtude de não ser possível pensar em construir uma nova forma de sociabilidade humana diferente da existente sem antes conhecermos profundamente a sociedade na qual queremos superar, ou seja, o capitalismo.

Atividades que desenvolvam o conhecimento do fim a ser atingido (emancipação humana), isto é, o conhecimento revolucionário.

Trata-se de resgatar com o máximo de veracidade os fundamentos do materialismo histórico-dialético, a fim de se apropriar do conhecimento da teoria revolucionária, de modo a conhecer a forma de sociabilidade humana que visa a emancipação dos homens. Entender o trabalho como fundamento do mundo social; o desenvolvimento do ser social, as formas de trabalho nas sociedades de classe; o surgimento e desenvolvimento das classes sociais, o trabalho associado na sociedade comunista; dentre outras questões.

Atividades que permitam o saber sobre a natureza específica da educação.

Entender a origem e função social da educação e sua contribuição para a formação humana, ressaltando-se seus limites e possibilidades na realidade social. Não caindo no idealismo pedagógico que atribui à educação um papel transformador radical da sociedade, nem tampouco um pessimismo pedagógico que limita o papel da educação a um mecanismo de reprodução dos interesses da classe dominante. É preciso, portanto, entender a natureza da educação e seu desenvolvimento no processo histórico.

Atividades que possibilitem aos indivíduos o domínio dos conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade.

Isso pressupõe qualificar ainda mais os indivíduos para que eles se apropriem do mais alto nível de conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade, que possam ter uma formação que os façam compreender a sociedade e natureza a partir do patrimônio rico e diverso que a humanidade já produziu. Nesse tocante, no texto *As tarefas revolucionárias da juventude* a qual decorre de um discurso proferido por Lenin na primeira sessão do Terceiro Congresso das Juventudes Comunistas em 1920, ele enfatiza que o ensino, a educação e a instrução da juventude “devem partir dos materiais que nos legou a velha sociedade. Só poderemos construir o comunismo com a soma dos conhecimentos, organizações e instituições, com o acervo de meios e forças humanas que herdamos da velha sociedade” (LENIN, 2015, p. 12-13).

Atividades que promovam e articulem as lutas específicas e gerais dos trabalhadores

É necessário desenvolver atividades que articulem as lutas e pautas específicas dos trabalhadores com as lutas gerais. Além disso, que o estudo da teoria revolucionária não se torne puro academicismo deslocado da realidade e da atuação prática, nem tampouco que a atuação prática para transformar a realidade seja ausente de teoria para compreender a realidade, virando puro pragmatismo. Portanto, trata-se, de uma unidade dialética entre teoria e prática. Assim, é importante a contribuição da educação nesse processo.

Desse modo, apesar dos limites da educação no que diz respeito à radical transformação da sociedade, não é possível, por outro lado, pensar as mudanças sociais sem ela, pois o seu papel de atuação e contribuição na formação da consciência dos indivíduos para a superação desse sistema é essencial e repleto de possibilidades que não se esgotam.

Considerações finais

Diante de um sistema pautado na exploração e no contratante classista entre trabalho e capital, que valoriza a sobrevivência do mercado em detrimento da humanidade, é mais do que necessário e urgente romper com essa forma de sociabilidade e construir um caminho alternativo que vise a emancipação humana. Por isso, defendemos que o horizonte a ser construído pelos trabalhadores é aquele em que a produção das riquezas da humanidade pertença a classe que tudo produz nessa sociedade, a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, a educação como uma esfera social que pode atuar na consciência dos homens possui um papel fundamental na construção de estratégias educativas com vista à superação do sistema do capital. Considerando seus limites e possibilidades, ressaltamos que é possível desenvolver atividades educativas de caráter emancipador que buscam operar no processo formativo dos indivíduos como apontamos no decorrer do texto.

A educação como um campo em constante disputa por diversas instituições representativas da família, da religião e, principalmente, do mercado, destacamos que este último, historicamente, vem fazendo com que a educação se ajuste cada vez mais aos interesses do sistema, seja pela formação de força de trabalho para o mercado ou pela formação ideológica.

Diante disso, é necessário ocupar os espaços que a educação possui no sentido de utilizá-la como um instrumento de formação para a conscientização dos trabalhadores para fazer a crítica ao sistema do capital, bem como apontar as alternativas para a superação dele e a construção de uma

sociedade emancipada humanamente. A transformação da sociedade deve ser obra da classe trabalhadora e a educação deve andar lado a lado desse processo.

Referências

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

DANTAS, Rodrigo de Souza. Mészáros e as condições estratégicas de uma teoria socialista da transição. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 129-136.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, Vladimir. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACENO, Talvanes Eugênio. **O complexo social da educação na reprodução da sociedade: entre a autonomia e a dependência**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. V. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante**: crítica à integração da escola com o mercado. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.